

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.366 - SP (2019/0269645-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : J V DA S F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J V DA S F (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. CARTA DE PRESO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. REVISÃO DA CONDENAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Em 9/9/2019, mediante carta de preso, **J V da S F** impetrou *habeas corpus* apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente foi condenado a 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por infração ao art. 217-A do Código Penal (Autos n. 0000031-34.2016.8.26.0592 - Juízo da Vara Única da comarca de Bastos/SP).

À apelação criminal interposta pela defesa o Tribunal estadual negou provimento. O acórdão transitou em julgado (fl. 16).

Neste *writ*, busca a revisão da condenação.

Prestadas as informações, a Defensoria Pública foi intimada para requerer o que entendesse de direito em favor do paciente, ocasião em que se manifestou no sentido de que *o paciente parece ainda discordar da condenação e insiste na revisão do processo, alegando diversas nulidades no feito. Situação, todavia, que parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do habeas corpus* (fl. 52).

E, continua a Defensoria Pública, *no sentido de preservar os interesses do paciente, solicitamos a concessão da ordem de ofício conforme requerida na inicial, caso assim entenda V. Exa ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada ao E. TJ/SP para, se possível, formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para*

Superior Tribunal de Justiça

oferecimento de razões (fls. 52/53).

É o relatório.

No caso dos autos, o impetrante-paciente pleiteia a revisão de sua condenação. Contudo, chegar à conclusão diversa da proferida pelo Juízo de primeiro grau demandaria aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do *habeas corpus*.

Nesse sentido: HC n. 464.142/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 6/12/2018.

Ante o exposto, **não conheço** do writ.

Com vistas à prestação jurisdicional, intime-se a Defensoria Pública de São Paulo para que tome as medidas cabíveis lá na origem.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator